

Processo: 00239-2005-011-10-00-1 RO

(Ac. 3ª Turma)

Origem: 11ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF

Juiz(a) da Sentença: MARCOS ALBERTO DOS REIS

Juiz(a) Relator: JOÃO LUIS ROCHA SAMPAIO

Juiz(a) Revisor: BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA

Julgado em: 13/10/2005

Publicado em: 28/10/2005

Recorrente: Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região

Advogado: Maria Beatriz Almeida Brandt

Recorrente: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. (Recurso Adesivo)

Advogado: Rogério Avelar

Recorrido: Os Mesmos

Acórdão do(a) Exmo(a) Juiz(a) PAULO HENRIQUE BLAIR

EMENTA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM QUE O D. "PARQUET" AFIRMA O ALEGADO DESCUMPRIMENTO PELO EMPREGADOR DAS NORMAS LEGAIS CONCERNENTES À PRORROGAÇÃO DE JORNADA, AO INTERVALO ENTRE JORNADAS E AOS REPOUSOS SEMANAIS. PRETENSÃO DE APENAS COMPELIR O EMPREGADOR AO CUMPRIMENTO DESTAS NORMAS, FIXANDO-SE MULTA PARA TANTO.

Resta evidente desta descrição que o D. *Parquet* não pretende que o órgão jurisdicional emita comando geral normativo, mas que ordene cumprimento concreto das normas legais já existentes e que (alegadamente) não restariam sendo observadas pelo réu (arts. 59, "caput", 66 e 67, todos da CLT). O fato de esta pretensão ser deduzida sob o enfoque da violação coletiva de direitos não a torna equiparável à edição de provimentos normativos, até porque, como visto, elas são diretamente calcadas na alegada inobservância de normas de lei já especificamente existentes. Por este mesmo motivo, não há que se falar em impossibilidade jurídica da pretensão do órgão ministerial. O fato de haver sido também requerida a fixação de multa para a hipótese de vintouro descumprimento da decisão judicial não é medida que refoge ao âmbito de atuação do órgão jurisdicional. Tanto assim que há, no Estatuto Processual Civil, a previsão expressa da possibilidade de que o julgador, ao ordenar o cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer, estabeleça multa para coibir o eventual descumprimento da ordem contida no provimento judicial (CPC, art. 461, § 5º). Recurso ordinário do D. *Parquet* conhecido e provido em parte. Recurso ordinário adesivo do reclamado não conhecido.

Proc. nº 00550-2005-005-10-00-9 RO – Rel. Juiz José Ribamar O. Lima Junior – DJ de 23.06.2006

Recorrente: Banco ABN AMRO Real S.A.

Recorrido: Ministério Público do Trabalho (Procuradora: Ludmila Reis Brito Lopes)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE. Versando a causa sobre o desrespeito às normas atinentes à jornada laboral dos empregados do banco requerido, a alteração dos registros de jornada, a fraude à fiscalização e a reparação de dano moral coletivo em virtude da prática de tais ilícitos (interesses e direitos coletivos em sentido estrito, na forma do art. 81, II, da Lei nº 8.078/90), além de cuidar de interesses e direitos difusos, uma vez que toda a massa indeterminada de trabalhadores pretendente a integrar o quadro funcional do requerido é também atingida pelo modo de proceder narrado pelo requerente (art. 81, I, do mencionado diploma), força é convir que o Ministério Público do Trabalho detém legitimidade ativa ad causam, consoante previsto nos artigos 127, 129, incisos II e III, da Constituição Federal; 6º, inciso VII, alíneas "a", "b", "c" e "d", e 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93; e 1º, inciso V, da Lei nº 7.347/85. **OBRIGAÇÕES DE ABSTENÇÃO DA EXIGÊNCIA DE JORNADA SUPERIOR A 6 HORAS DIÁRIAS E 30 SEMANAIS E DE ABSTENÇÃO DE INCLUSÃO NA CATEGORIA DE BANCÁRIOS COMISSIONADOS DOS EMPREGADOS QUE NÃO EXERCEM ATRIBUIÇÕES DE CHEFIA, GERÊNCIA, FISCALIZAÇÃO OU EQUIVALENTE.** Segundo a regra do art. 225 da CLT, o serviço bancário extraordinário é excepcional, incomum, fora do padrão, não ordinário. Assim, não se pode conceber que no desenvolvimento cotidiano das relações empregatícias os atores sociais - empregado e empregador, mediante ajustes individuais, ou este último, unilateralmente, valendo-se do *jus variandi* - transformem o instituto em regra, em nítido maltrato às normas que estabelecem a jornada padrão dos bancários, situação que, ao longo do tempo, caso perdure, certamente produzirá reflexos negativos à saúde desses trabalhadores. Não há liberdade de exigir a prestação permanente de horas extras, conduta, aliás, que já insinua a ocorrência de fraude à norma do caput do art. 224/CLT, em razão do franco menosprezo à norma do art. 225 do mesmo diploma. Há que se coibir, outrossim, a prática adotada pela entidade bancária de enquadrar quase todos os seus empregados na situação exceptiva do § 2º do art. 224 da CLT. Sendo assim, cabível a aplicação do critério de proporcionalidade para estabelecer que os cargos e funções de confiança de que trata o § 2º do art. 224 da CLT não ultrapassem, em cada agência bancária do requerido, o percentual de 40% do total de empregados, sob pena de pagamento de multa diária. Recurso conhecido e parcialmente provido.